



# **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

## **Estado de São Paulo**

### **ATA DA DÉCIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA**

Presidida pelo Vereador Benedito José do Couto;  
Secretariada pelo Vereador Luís Roberto Tavares.

Aos dezesseis dias do mês de junho do ano dois mil e catorze realizou-se na Sala das Sessões "Vereador Santo Róttoli", da Câmara Municipal de Mogi Mirim, presidida pelo Vereador Benedito José do Couto e Secretariada pelo Vereador Luís Roberto Tavares, a Décima Nona Sessão Ordinária do Segundo Ano da Décima Sexta Legislatura da Câmara Municipal de Mogi Mirim, previamente programada e devidamente convocada nos termos da relação da matéria, datada de 13 de junho último. Às 18h30, feita a primeira chamada nominal dos Senhores Vereadores pela 1ª Secretária, nos termos do disposto no art. 109 da Resolução nº 276, de 9.11.2010 (Regimento Interno vigente) e constatando-se haver número legal para o início dos trabalhos, conforme dispõe o art. 106 da já citada Resolução, eis que se encontravam presentes os Senhores Vereadores: Doutor Ary Augusto Reis de Macedo (1), Benedito José do Couto (2), Professor Cinoê Duzo (3), Daniel Gasparini dos Santos (4), Daniela Dalben Mota (5), Dayane Amaro Costa (6), João Antônio Pires Gonçalves (7), Engenheiro Agrônomo Jorge Setoguchi (8), Laércio Rocha Pires (9), Leonardo David Zaniboni (10), Luís Roberto Tavares (11), Professor Luiz Antônio Guarnieri (12), Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira (13), Professor Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino (14), Professora Maria Helena Scudeler de Barros (15), Osvaldo Aparecido Quaglio (16) e Waldemar Marcurio Filho (17, conforme, aliás, se vê das respectivas assinaturas apostas à Folha de Registro de Comparecimentos e Faltas dos Senhores Vereadores às Sessões da Câmara, anexa ao final da presente Ata, o Senhor Presidente deu por iniciados os trabalhos da presente Sessão. Posto isto, conforme o disposto no art. 106, parágrafo único, da citada Resolução, convidou o Vereador Daniel Gasparini dos Santos para que procedesse a leitura de um salmo da Bíblia. Cumprida dita



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

providência, dando por iniciada a parte reservada ao "EXPEDIENTE", o Senhor Presidente submeteu à apreciação do plenário a ata da Décima Oitava Sessão Ordinária, realizada em 9 de junho último, a qual, depois de achada conforme e aprovada, foi devidamente assinada pelos Vereadores Benedito José do Couto e Luís Roberto Tavares, respectivamente, Presidente e 1º Secretário. Na sequência deu ciência à Casa, através de leitura, da seguinte matéria: 1. Projeto de Lei nº 66, do Vereador Administrador Leonardo David Zaniboni, “alterando a denominação do atual logradouro Rua Professor Ferreira Lima (CEP 13;800-199), centro para rua rosa Colosso Zaniboni”; (ao exame da Comissão de Denominação de Vias e Logradouros Públicos e de Justiça e Redação). 2. Projeto de Resolução nº 2, do Vereador Administrador Leonardo David Zaniboni, “dispondo sobre alterações em artigos da Resolução nº 276, de 10.11.10, Regimento Interno da Câmara); (ao exame da Comissão de Justiça e Redação). 3. Balancete da Receita e Despesa da Câmara Municipal, referente a Maio/2014; (à Comissão de Finanças e Orçamento). 4. Balancete de Receita e despesa do Saae - Serviço Autônomo de Água e Esgotos, relativo a abril de 2014; (ao exame da Comissão de Finanças e Orçamento). 5. Projeto de Lei nº 67, da Mesa da Câmara, “instituinto o vale-refeição (*pró-labore faciendo*) no âmbito do Legislativo”; (ao exame das Comissões de Justiça e Redação e de Finanças e Orçamento). 6. Projeto de Resolução nº 3, da Mesa da Câmara, “dispondo sobre alteração da jornada de trabalho do Procurador Jurídico da Câmara”; (ao exame das Comissões de Justiça e Redação e de Finanças e Orçamento). Ato contínuo, o Senhor Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores os seguintes **REQUERIMENTOS**, hoje endereçados à Mesa (aprovados pela Casa): nºs 350, do Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio, solicitando “informações sobre placas de controle de velocidade na Rodovia dos Agricultores”; nºs, 358, 359 e 360, da Vereadora Professora Maria Helena Scudeler de Barros, solicitando “reiterando Requerimentos nºs 291, 277 e 198”; nº 351, do Vereador Engenheiro Agrônomo Jorge Setoguchi, solicitando “que a Artesp informe sobre a redução de velocidade em trecho da SP-340”; nº 352, do Vereador Professor Cinoê Duzo, solicitando



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

“união entre Guarda Municipal, Polícia Militar, Polícia Civil e, Polícia Rodoviária e Polícia Florestal para um plano de ação contra o crime organizado na zona rural de Mogi Mirim”; nº 353, da Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira, solicitando “informações sobre a suspensão das aulas de dança no Centro Cultural”; nº 355 e 356, do Vereador Waldemar Marcurio Filho, solicitando “seja retida verba destinada à publicidade para suprir deficiências na área da Saúde; encaminhamento de minuta de projeto de lei para agendamento de consultas médicas pelo telefone para idosos e deficientes e para moradores da zona rural”; nº 357, do Vereadora Daniela Dalben Mota, solicitando “possibilidade de mudança no sentido do tráfego da rua João Davoli, Bairro Santa Cruz”; nº 361, do Vereador Luís Roberto Tavares e Outros, solicitando “encaminhamento de abaixo-assinado de moradores do Jardim Europa para o Ministério da Previdência social, ao Ministério Público e regional da Caixa Econômica Federal pedindo solução para o entrave que impede a legalização da escritura definitiva dos respectivos imóveis”; nº 362, do Vereador Doutor Ary Augusto Reis de Macedo, solicitando “estudos para a concessão de isenção de IPTU para pessoas portadoras de câncer”. Na sequência, o Senhor Presidente deu por aprovadas, conforme deliberação do Plenário, as seguintes **INDICAÇÕES** endereçadas ao Senhor Prefeito: nº 424, 426 e 427, da Vereadora Dayane Amaro Costa, indicando “instalação de brinquedos adaptados na Praça Princesa Isabel, Jardim Nossa Senhora Aparecida; construção de banheiros adaptados nas recepções das UBSs; manutenção do telhado da UBS Santa Clara”; nº 425, 428, 433 e 434, do Vereador Laércio Rocha Pires, indicando “operação recapeamento e tapa-buracos na malha asfáltica da rua Dirce Agritelli, Jardim Paulista; implantação de lixeira defronte o Cempi “Fortunata Bertolazzo Albano”, Santa Cruz; melhorias na estrada do curtume e ronda policial; implantação de mão única na rua Bahia”; nº 429 e 435, do Vereador Professor Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino, indicando “implantação de cursos de capacitação profissional aos desempregados e pessoas de baixa renda dos bairros Residencial Floresta e Jardim Planalto; parada de ônibus linha Mogi Mirim-



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Mogi Guaçu no ponto do Jardim Velho”; nº 430, do Vereador Engenheiro Agrônomo Jorge Setoguchi, indicando “compra de dois novos carrinhos funerários para o Cemitério e Velório Municipal”; nº 432, do Vereador Luiz Antônio Guarnieri, indicando ao Prefeito “providências para a Emeb “Professor Francisco Piccolomini”, a saber: reforma do telhado, dos pisos, do madeiramento, conserto da rede elétrica, pintura e instalação de ar condicionado no laboratório de informática”; nº 436, do Vereador Daniel Gasparini dos Santos, indicando “limpeza de bueiro na rua Francisco Manera, defronte à escola Terezinha da Silva Oliveira”; nºs 437 e 438, da Vereadora Professora Maria Helena Scudeler de Barros, indicando “providências para a infestação de ratos na Santa Clara; limpeza do terreno localizado na rua Francisco Manera, Novacoop”; nº 439, do Vereador Professor Cinoê Duzo, “sinalização no cruzamento das ruas Sete de Setembro e Santos Dumont, Aterrado; nº 440 e 442 do Vereador Luiz Antônio Guarnieri, indicando “remoção de entulhos na rua Antônio Guidini e contratação de professores para a Emeb “Professor. Francisco Piccolomini”. A seguir, o Senhor Presidente colocou à disposição dos Senhores Vereadores a seguinte **CORRESPONDÊNCIA**: Ofícios nºs 464 a 477, de 9 a 11 de junho últimos, subscritos pelo Prefeito Municipal, respondendo às proposituras dos Vereadores: Requerimentos: nº s 311, 313 e 310, do Vereador Luís Roberto Tavares; nº 176, do Vereador Administrador Leonardo David Zaniboni; nºs 308 e 302, do Vereador Laércio Rocha Pires; nº 352, do Vereador Professor Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino; nº 200, da Vereadora Professora Maria Helena Scudeler de Barros. Indicações: nº 359, do Vereador Engenheiro Agrônomo Jorge Setoguchi; nº 308, do Vereador Luís Roberto Tavares; nº 352, da Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira; nº 358, do Vereador Waldemar Marcurio Filho; nº 307, do Vereador Luís Roberto Tavares; nº 364, do Vereador Laércio Rocha Pires; (arquivem-se, após dar ciência aos Vereadores interessados). Ofício da empresa JB Assessoria Empresarial “agradecendo pela votação da matéria em 9 de junho último, de seu interesse”; (arquite-se). Representações assinadas pelo Senhor Lázaro César da Silva contra a Assessora Edna Pinto da Silva, Vereador Laércio Rocha Pires e



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

Vereador Waldemar Marcurio Filho; (distribuem-se cópias aos membros da Mesa e autuem-se os respectivos processos, dando ciência aos Vereadores). Telegramas do Ministério da Saúde datados de 13 de junho de 2014, “comunicando a liberação de verbas para os serviços públicos da Saúde”; (arquivem-se). Não havendo mais proposições ou quaisquer outros documentos para ser levados ao conhecimento do plenário, o Senhor Presidente, pelo parágrafo único do art. 108, facultou o uso da palavra no “Expediente”, anunciando os oradores inscritos. O primeiro orador regularmente inscrito, Vereador Luís Roberto Tavares, saudou os presentes e disse ter feito visita na última terça-feira ao CDHU em São Paulo, para tratar do programa “Cidade Legal” e o coordenador responsável o ouviu sobre os loteamentos irregulares da cidade, em especial o Parque das Laranjeiras, que foi dividido em duas matrículas e uma delas se subdividiu em outras duas, uma já regularizada, com asfalto. Frisou ainda que houve uma audiência pública sobre o tema e, onde veio a descobrir que hoje existe apenas uma matrícula no cartório de Mogi Mirim. Assim, quando se fala em regularização, vai abranger todo o loteamento, porque não se regulariza apenas meia matrícula. A situação atual é que todos estavam aguardando o próximo passo. Quanto ao Jardim Europa, a regularização estava sendo estudada e hoje requereu providências da Caixa Econômica Federal e do INSS, com o apoio do Ministério Público, e, se a notícia não fosse promissora, havia um advogado contratado para imperar ação de usucapião pela Associação dos Moradores do Jardim Europa e adjacências. Por último, citou sobre os requerimentos da Vereadora Professora Maria Helena Scudeler de Barros no tocante às cestas básicas e, como ele estava sendo bastante procurado pelos funcionários, sugeriu a ela uma audiência pública para tratar sobre a qualidade dos produtos e a data e entrega das cestas. Em seguida, falou o Vereador Administrador Leonardo David Zaniboni, o qual saudou os presentes e citou sobre a minuta do projeto de lei relativo ao parcelamento das dívidas de água dos condomínios. Disse ter falado com o Diretor do jornal A Comarca, Ricardo Piccolomini, o qual reconheceu não ter lido a minuta e pediu perdão sobre o que foi publicado em seu jornal. “Isso é bom, assim não tenho que pedir



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

direito de resposta judicialmente.” – disse o Vereador Administrador Leonardo David Zaniboni, lendo trechos da notícia reportada, onde o Diretor Ricardo Piccolomini, do jornal A Comarca, se equivocou redondamente sobre o tema, porque a minuta se referia a todos os imóveis, e não somente aos condomínios. Assim sendo, disse que não brincava com o dinheiro público e a nota do jornal comprovava que o repórter não havia lido a minuta de seu projeto, antes de redigir a sua coluna. “O condomínio não paga a conta geral, mas os condôminos estão pagando a conta das respectivas residências. Isso é complicado!” – explicou o Vereador Administrador Leonardo David Zaniboni, que leu outros trechos da coluna de lavra do Diretor Ricardo Piccolomini e salientou que os inadimplentes queriam ver suas dívidas parceladas e ele desejava fazer o mesmo que os contribuintes agraciados pelo Refis, no ano passado, que foi um sucesso e o índice de adesão foi alto. Ato contínuo, foi à tribuna o Vereador Laércio Rocha Pires, que saudou os presentes e comentou sobre as inverdades que estavam saindo ao seu respeito na imprensa, porque ele, orador, não estava aposentado pelo INSS e nada tinha a esconder sobre sua vida. Assim, solicitou que o Presidente da Casa colocasse em votação pelo plenário o pedido de cassação de seu mandato, porque nada tinha a esconder e consultou o Legislativo antes de se lançar a candidato, porque não era aposentado pelo INSS e sim pelo Instituto de São Bernardo dos Campos. “Esses engraçadinhos querem se promover em cima de fatos inverídicos. Coloque em votação logo, Presidente. Isso é terrorismo e não devo nada a ninguém. Tentaram tirar meu Gabinete Móvel das ruas, mas continuo trabalhando.” O Vereador Daniel Gasparini dos Santos desistiu de falar. A seguir, o Senhor Presidente, Vereador Benedito José do Couto, solicitou ao Vice-Presidente, Vereador João Antônio Pires Gonçalves, que assumisse a direção dos trabalhos. Cumprindo o disposto no art. 21 do Regimento Interno, o Vice-Presidente no exercício da Presidência facultou o uso da palavra ao nobre Vereador Benedito José do Couto, que saudou os senhores Vereadores e discursou sobre o Jardim Europa, agradecendo o Vereador Luís Roberto Tavares pelo trabalho que estava fazendo. Citou que o Secretário de Planejamento, Rogério Wilson, estava acompanhando o fato e o



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

informou que havia tomado todas as providências apontadas no abaixo-assinado, inclusive em nível Federal. Ele disse que tinha tomado ciência sobre o relatório de Rogério sobre o Jardim Europa, quando da vinda do Deputado Roberto de Lucena, do PV, na sexta-feira à tarde, e a única saída é procurar explicações junto ao INSS, porque no Ministério Público de nada vai adiantar, conforme seu entendimento. O Deputado garantiu que vai ajudá-lo no Ministério da Previdência, a fim de resolver o assunto das escrituras das casas do Jardim Europa. Assim, o Vereador Benedito José do Couto agradeceu o empenho do Deputado, que muito ajudava a cidade de Mogi Mirim. Sobre o loteamento Parque das Laranjeiras, soube que este ano teria início as galerias de esgoto e tudo estava sendo comprado pelo Município, mas não iria citar datas, porque imprevistos ocorriam. Dito isso, encerrou a sua participação na tribuna. Na sequência, falou a Vereadora Professora Maria Helena Scudeler de Barros, que se referiu à Comissão Especial sobre a máfia do ISSQN se reuniu na tarde quinta-feira, com a presença da Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira, Vereador Professor Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino, Vereador Luiz Antônio Guarnieri e ela, Vereadora Professora Maria Helena Scudeler de Barros, que ouviu os funcionários Dantas, Gonçalves e Oliveira. “É estarrecedor o que está se passando nesta Administração. Há uma perseguição definida do Executivo sobre os três e estamos esperando, na próxima quarta-feira, a Secretária Elisanita. Nada comprova – nem no MP ou na Comissão – o desvio dos R\$ 30 milhões. Nunca vi isso, métodos e técnicas tão truculentas como as mostradas atualmente, porque eles estão – pasmem – com a possibilidade de demissão do poder público. Oportunamente vamos divulgar aos senhores tudo isso. O Executivo não tem juízo nenhum ao apontar o desvio de R\$ 30 milhões e a máfia do ISS que eles colocam na cabeça desses servidores. É deprimente o que essa Administração de moleques está fazendo com eles!” – indignou-se a Vereadora Professora Maria Helena Scudeler de Barros, salientando que as famílias dos três servidores passavam por maus momentos, porque eles estavam afastados do trabalho e aguardava a presença de Elisanita na Comissão, porque ela faltou ao apontamento no Ministério Público.



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

A seguir, discursou o Vereador Professor Cinoê Duzo, que se referiu aos moradores do Parque das Laranjeiras que estavam sendo desrespeitados com tanta promessa que lhes estavam sendo feitas, e queria saber quem foi o responsável, quem foi o “milagroso” Deputado que havia prometido R\$ 60 milhões para investir naquele local. O Prefeito deveria colocar placa grande pedindo desculpas para os moradores do Parque das Laranjeiras, dizendo que criou expectativa e que nunca houve tal verba para lá destinada. O Jornal A Comarca noticiou “Vereadores não querer investigar a Prefeitura” e citou os Vereadores que votaram a favor do Requerimento, entre eles o dele – Vereador Professor Cinoê Duzo, que desejava ver investigado o superfaturamento da compra de produtos de limpeza. Então, sugeriu ao Jornal A Comarca que desse o mesmo espaço que deu ao quadro “As Aventuras do Prefeito” para colocar as fotos e os nomes de quem era contrário às investigações. Posto isto, encerrou a sua participação. Na sequência, discursou o Vereador Engenheiro Agrônomo Jorge Setoguchi, o qual saudou os presentes e se referiu ao seu pedido para comprar mais dois carrinhos para o velório Municipal, e verificou *in loco* que apenas um carrinho estava em condições de uso. Em seguida, disse que o Conseg – Conselho de Segurança, cujo presidente é Luiz Eduardo Barrichello, iria se reunir para tratar dos roubos da zona rural e todos estavam convidados a colaborar com ideias e sugestões, no dia 18, às 15 horas, na sede do Tiro de Guerra 02-023. Em seguida, agradeceu a colaboração dos Vereadora Professora Maria Helena Scudeler de Barros e Vereador Professor Cinoê Duzo. Por fim, agradeceu à Mesa para as providências relativas à colocação de tomadas para os notebooks. A Vereadora Dayane Amaro Costa desistiu de discursar e, em seguida, assumiu a tribuna o Vereador Luiz Antônio Guarnieri. Este, de início, saudou os presentes e se referiu ao pedido de providências para a Emeb “Professor Francisco Piccolomini”, a saber: reforma do telhado, dos pisos, do madeiramento, conserto da rede elétrica, pintura e instalação de ar condicionado no laboratório de informática. Também estavam escassos os Professores de geografia e os alunos estavam indo para casa mais cedo, por falta de professores para ministrarem aulas; eram necessárias urgentes



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

contratações, portanto. Em seguida, disse que a rua João Davoli necessitava de providências de mudança de mão, só para descida, para assegurar a segurança dos alunos no embarque e desembarque. Prosseguindo, comentou sobre os trabalhos da Comissão especial da máfia do ISSQN e lamentou que os três funcionários, com mais de dez anos de casa, estivessem nessa situação lamentável, difícil, porque tinham seus nomes a zelar. Percebia que o Executivo estava perdido e fazendo falso testemunho, porque não apresentou prova cabal ao MP, deixando aos funcionários de carreira em situação complicada. “São pessoas conhecidas da igreja, e deixaram em aberto os respectivos Impostos de Renda para avaliação.” – frisou o Vereador Luiz Antônio Guarnieri, salientando que um deles havia sido aprovado em concurso público do Detran e não estava podendo assumir o cargo. Prosseguindo, assumiu a tribuna o Vereador Waldemar Marcurio Filho, o qual saudou os presentes e convidou a todos para o dia 27 de junho, às 16h30, no encontro de agricultores, para conhecer os projetos voltados à área. Em seguida, aproveitou para relatar sobre uma denúncia de serviço escravo em sua empresa e foi-lhe pedido para não discutir em público no partido, o qual impugnou a sua pré-candidatura a Deputado. Deixou a todos cópias de sentenças datadas de 2010, antes de pleitear campanha para vereador. Então, apenas agora apareceu o assunto, que configurava perseguição pessoal, já que o cidadão Ernani Luiz Donatti Gragnanello tentou tirá-lo do cargo para que assumisse a suplente, sua esposa Rosana Caveanha, sem sucesso. Disse ser filiado ao PT porque acreditava nos programas e o partido havia mudado o Brasil, e o sangue do PT lhe corria nas veias, embora tivesse recebido convites de vários partidos políticos. O Vereador Waldemar Marcurio Filho disse que o PT tinha ética e todas as alegações infundadas e caluniosas não mereciam rédito e mostravam o desespero de uma minoria que percebe que agora o PT tem uma nova percepção partidária. “Isso é medo, é receio.” – alegou o Vereador Waldemar Marcurio Filho. Hoje foi lavrado Boletim de Ocorrência relativos aos crimes de calúnia e difamação, porque envolveram o nome de sua assessora, Edna Pinto da Silva e isso ele não poderia admitir. A perseguição que sofria era porque discordava de uma pessoa do partido, que, por sua vez, era



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

comandada por outra. E ele, Vereador Waldemar Marcurio Filho não tinha obrigação de seguir a fala do Presidente do PT de olhos fechados, e não iria fazer isso. Como findou o seu tempo, o Vereador Waldemar Marcurio Filho disse que continuaria a discursar em outro momento. Em seguida, o Sr. Presidente deu ciência aos vereadores do que segue: “EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 07 (SETE) DE 2014, “de Sessão Extraordinária”, VEREADOR BENEDITO JOSÉ DO COUTO, Presidente da Câmara Municipal de Mogi Mirim, Estado de São Paulo etc., no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 117 da Resolução nº 276, de 09 de novembro de 2010 (vigente Regimento Interno), DECIDE convocar SESSÃO EXTRAORDINÁRIA da Câmara Municipal para o dia 16 de junho de 2014, segunda-feira, logo após o encerramento da 20ª Sessão Ordinária, destinada na “Ordem do Dia” à discussão e votação das seguintes matérias: EM TURNO ÚNICO: “ex-vi” do disposto no Artigo 171 do Regimento Interno: 1. Projeto de Resolução nº 03, de 2014, de autoria da Mesa da Câmara “dispondo sobre alteração da jornada de trabalho do Procurador Jurídico da Câmara, e dando outras providências”. Parecer conjunto das Comissões de Justiça e Redação e de Finanças e Orçamento. EM PRIMEIRO TURNO: “ex-vi” do disposto no inciso I, do Artigo 172 do Regimento Interno: 2. Projeto de Lei nº 67, de 2014, de autoria da Mesa da Câmara “instituinte o Vale-Refeição (Pro labore faciendo) no âmbito do Poder Legislativo Municipal”. Pareceres das Comissões de Justiça e Redação e de Finanças e Orçamento. Ficam, pois, os (as) Senhores (as) Vereadores (as), notificados (as) da Sessão Extraordinária em questão, nos termos regimentais. Dado e passado nesta cidade, na Secretaria da Câmara Municipal, em 16 de junho de 2014. VEREADOR BENEDITO JOSÉ DO COUTO, Presidente da Câmara.” E “EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 08 (OITO) DE 2014, “de Sessão Extraordinária”, VEREADOR BENEDITO JOSÉ DO COUTO, Presidente da Câmara Municipal de Mogi Mirim, Estado de São Paulo etc., no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 117 da Resolução nº 276, de 09 de novembro de 2010 (vigente Regimento Interno), DECIDE convocar SESSÃO



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

**EXTRAORDINÁRIA** da Câmara Municipal para o dia 16 de junho de 2014, segunda-feira, logo após o encerramento da 7ª Sessão Extraordinária, destinada na “Ordem do Dia” à discussão e votação da seguinte matéria: **EM SEGUNDO TURNO: “ex-vi” do disposto no inciso I, do Artigo 172 do Regimento Interno:** 1. Projeto de Lei nº 67, de 2014, de autoria da Mesa da Câmara “instituinto o Vale-Refeição (Pro labore faciendo) no âmbito do Poder Legislativo Municipal”. Ficam, pois, os (as) Senhores (as) Vereadores (as), notificados (as) da Sessão Extraordinária em questão, nos termos regimentais. Dado e passado nesta cidade, na Secretaria da Câmara Municipal, em 16 de junho de 2014. **VEREADOR BENEDITO JOSÉ DO COUTO, Presidente da Câmara.** ” Não havendo mais oradores inscritos, o Senhor Presidente suspendeu a Sessão às 19h45, conforme o disposto no art. 105 da Resolução nº 276/10 (Regimento Interno vigente). Decorrido o interstício regimental a que se refere o citado dispositivo e depois de nova chamada nominal dos Senhores Vereadores, conforme o disposto no art. 112, § 1º, da já citada Resolução, ao fim da qual se constatou a totalidade dos membros da Casa, o Senhor Presidente deu por iniciados os trabalhos da “**ORDEM DO DIA**”, submetendo à apreciação da Casa o que segue: **EM PRIMEIRO TURNO: “ex-vi” do disposto no inciso I, do Artigo 172 do Regimento Interno:** 1. Projeto de Lei nº 65, de 2014, de autoria da Mesa da Câmara “dispondo sobre a concessão de referências aos servidores públicos ativos da Câmara Municipal de Mogi Mirim e dando outras providências, juntamente **com emendas** da Mesa”. Pareceres das Comissões de Justiça e Redação e de Finanças e Orçamento. A Vereadora Professora Maria Helena Scudeler de Barros foi à tribuna para dizer que iria fazer um manifesto contrariamente à Mesa da Câmara, porque não sabia do projeto de lei em tela, se estava sendo redigido pela Mesa e não foi feita uma reunião com os Vereadores para falar sobre o tema. Disse que esta Câmara deveria discutir os assuntos com todos os Vereadores, porque sempre foi favorável à criação de um cargo de Procurador Jurídico. Entretanto, o nomeado nunca se dirigiu a ela e não sabia como ele pensava, e, muito rapidamente, tentou criar benefícios para ele mesmo, porque as coisas estavam camufladas.



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

“A Mesa tinha que ter nos colocado esse aumento de referência dos funcionários, porque temos contestações do Executivo. Gostaria de ouvir a Mesa da Câmara. Como vamos fazer?” – questionou a Vereadora Professora Maria Helena Scudeler de Barros. A seguir, o Senhor Presidente, Vereador Benedito José do Couto, solicitou ao Vice-Presidente, Vereador João Antônio Pires Gonçalves, que assumisse a direção dos trabalhos. Cumprindo o disposto no art. 21 do Regimento Interno, o Vice-Presidente no exercício da Presidência facultou o uso da palavra ao nobre Vereador Benedito José do Couto, que disse à Vereadora Professora Maria Helena Scudeler de Barros que não eram todas as vezes que iria dar ciência do que estava fazendo a todos os Vereadores e, por isso, existia a Mesa. Disse ter consultado sobre os itens do projeto em tela, um projeto simples, para que os Vereadores deliberassem se eram a favor ou contrariamente ao objeto nele inserido. Para finalizar, disse que a Mesa era competente para tratar dos assuntos da Câmara e ao Vereador cabia simplesmente ser a favor ou contrariamente ao projeto, porque os funcionários tinham deficiência em seus salários e estava aí o projeto para ser votado, em deliberação plenária. O Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio foi à tribuna para concordar com o Presidente no tocante à Mesa ter autonomia e legitimidade de apresentar o projeto em tela, e que cabia ao plenário deliberar. Disse que iria votar favoravelmente ao projeto, mas a Vereadora Professora Maria Helena Scudeler de Barros tinha razão em dizer que o Legislativo estava criando ‘saia justa’, porque os servidores do Executivo também mereciam tal consideração. O Presidente disse que uma das reivindicações dos servidores foi porque o reajuste dado pelo Prefeito não estava correto, e agora a Mesa Diretora havia resolvido dar mais duas referências para o projeto. O Vereador Luiz Antônio Guarnieri disse que a situação era delicada e concordava com o Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio pela divergência com os salários do Executivo. Sugeriu que se fizesse a reestruturação para os funcionários da Câmara e, sobre o artigo 2º do projeto, a situação deveria ser ampliada. A Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira foi à tribuna para dizer que os Vereadores representaram a população e deveria ter entendimento do que



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ocorria na Casa para mostrar o caminho aos servidores. O Executivo disse que faria um grupo de servidores para discutir o plano de cargos e carreiras em junho, mas até agora não teve conhecimento de nada. Em respeito ao Executivo, disse que deveria ter conhecimento sobre tudo isso, com antecedência, e solicitou mais tempo para estudar a legalidade das propostas da área trabalhista. Em seguida, o Vereador João Antônio Pires Gonçalves foi à tribuna para esclarecer que este era o último ano de Vereador Benedito José do Couto na presidência e não poderia fazer atos cento e oitenta dias antes de findar o ano e o mandato. Devido à copa do Mundo, segunda-feira terá jogo e a apreciação do projeto tinha que ser hoje, senão os funcionários teriam que esperar o ano vindouro para receber as benesses. Ele disse que gostaria de poder dar aumento a todo o funcionalismo público do Executivo, mas isso não cabia aos Vereadores. “Ninguém está obrigando ninguém a aprovar, votem como quiserem, Vereadores, essa proposta da Mesa Diretiva.” - expor o Vereador João Antônio Pires Gonçalves, instruindo que o Presidente não tinha direito a voto, neste caso. Os funcionários que estavam criticando deveria lutar pelo próprio direito e não criticar os servidores da Câmara, que não tinham FGTS e seguro. Por fim, disse que a questão da data deveria ser explicada, em virtude da copa do Mundo, que provocou a antecipação da sessão legislativa. (Posto a votos pelo processo simbólico, a Casa aprovou, por unanimidade dos Vereadores, o Projeto de Lei nº 65, de 2014, da Mesa da Câmara, votado englobadamente às emendas, em primeiro turno); (à “Ordem do Dia” da próxima sessão, para apreciação em segundo turno). **“ex-vi” do disposto no inciso IV, do Artigo 172 do Regimento Interno: 2.** Projeto de Lei Complementar nº 07, de 2014, de autoria do Poder Executivo “instituinto o PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO e dando outras providências”, **com emendas** dos Vereadores Luiz Antônio Guarnieri, Luzia Cristina Cortes Nogueira, Maria Helena Scudeler de Barros. Pareceres das Comissões de Justiça e Redação; Obras, Serviços Públicos e Atividades Privadas e de Finanças e Orçamento. O Vereador João Antônio Pires Gonçalves foi à tribuna para pedir destaque para a emenda de autoria da Vereadora Assistente Social Luzia Cristina



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Côrtes Nogueira. (Posto a votos, o destaque foi aprovado; vote-se em separado a emenda de Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira). A Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira disse que estudou o projeto e soube que o Saae não tinha verba para investir e conversou com pessoas da área e a exigência do plano de saneamento foi prolongada, mas para as PPPs deveria existir tal plano. Ela disse que iria votar favoravelmente ao projeto. A Vereadora Professora Maria Helena Scudeler de Barros disse que votaria favoravelmente à emenda da Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira, que protegia o cidadão e não interferia nos procedimentos do Executivo, e iria votar favoravelmente ao plano de saneamento. Lembrou que o projeto estava mais enxuto e mostrava vários diagnósticos da drenagem, do esgoto e da água, mas o Sr. Cresta pontuou quais serão os passos do novo plano Municipal de Saneamento. Por fim, concitou os Vereadores a votarem favoravelmente à emenda de Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira, porque trazia mais tranquilidade. O Vereador Luís Roberto Tavares disse ter estado na audiência para ouvir as explicações sobre o projeto e disse ser favorável à emenda da Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira, porque abria um maior parêntese sobre a opção de privatização, estando os Vereadores respaldados de críticas ou de autorias. “É muito dinheiro!” - resguardou-se o Vereador Luís Roberto Tavares. (Posta a votos, a emenda da Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira foi aprovada por 9 votos favoráveis e 7 votos contrários); (Posto a votos pelo processo simbólico, a Casa aprovou, por unanimidade dos Vereadores, o Projeto de Lei Complementar nº 7, de 2014, do Prefeito Municipal, votado englobadamente às emendas, em primeiro turno); (à “Ordem do Dia” da próxima sessão, para apreciação em segundo turno). Finda a pauta constante da "Ordem do Dia", o Senhor Presidente passou, desde logo, à parte dos trabalhos reservada à "**EXPLICAÇÃO PESSOAL**", conforme determina os arts. 114 e 115 da Resolução 276/10 (Regimento Interno vigente). O Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio foi à tribuna para lembrar a discussão de 2010, sobre a grafia da cidade de Mogi Mirim, porque muitas maneiras de



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ser escrita eram conhecidas. Mesmo aprovada a lei Municipal, a celeuma continuou, porque o Judiciário e cartórios utilizavam-se do Moji Mirim, com ‘j’. Entretanto, o Cedoch – Centro de Documentação Histórica “Joaquim Firmino de Araújo Cunha” buscou a Assembleia Legislativa, que oficializou a grafia de Mogi Mirim, com ‘g’, conforme a lei nº 15.443, de 9 de junho de 2010. O Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio disse que o fato era positivo para a cidade, que unificaria a maneira de escrever o nome da cidade: “Mogi Mirim”. Lembrou ainda que a Vereadora Professora Maria Helena Scudeler de Barros estudou o caso no início da década e ele, Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio defendeu que se oficializasse o nome da cidade, seja qual fosse, e a Assembleia Legislativa oficializou o nome da cidade como Mogi Mirim. Então, parabenizou o Senhor Rogério Élcio Manera, que muito trabalhou para que isso ocorresse. O Vereador Luiz Antônio Guarnieri desistiu de falar. Em seguida, falou o Vereador Luís Roberto Tavares, que agradeceu a presença do Vereador Mateus, de São José do Rio Pardo, do PV, lutador do meio ambiente e dos animais. Prosseguindo, disse que a TV O Impacto havia noticiado sobre a manutenção de parquímetros danificados, onde moradores e lojistas reclamaram, e a empresa explicou que nada estava quebrado. Entretanto, contrariando tal justificativa da empresa, o Vereador Luís Roberto Tavares disse que fez requerimento e anexou fotos onde o parquímetro estava quebrado e um carro foi multado, o que mostrava o *non sense* e a injustiça. Entretanto, tal requerimento ainda não havia sido respondido pela empresa. Os Vereadores Administrador Leonardo David Zaniboni, Laércio Rocha Pires e Daniel Gasparini dos Santos desistiram de falar. A Vereadora Professora Maria Helena Scudeler de Barros foi à tribuna para cumprimentar o Cedoch – Centro de Documentação Histórica “Joaquim Firmino de Araújo Cunha”, que se esforçou em legalizar e oficializar a grafia da cidade. O Governador promulgou a lei, oficializando a grafia da cidade com ‘g’. Lembrou que o Professor Sérgio Romanello Campos defendeu o nome histórico com ‘g’, enquanto o Professor Flávio Citélli defendia a origem da palavra indígena com ‘j’. Por fim, deu os cumprimentos à Rogério Élcio Manera, que se empenhou junto à Alesp para oficializar o nome da



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

cidade: Mogi Mirim. Prosseguindo, disse que o plano de saneamento traria ordem para o sistema de resíduos, esgoto, água e drenagem, e foi difícil entender que a cidade ainda não possuísse um sistema condizente. Disse esperar que o plano desse um caminho para definir objetivos e metas, a serem conseguidos através de recursos Federais e Estaduais, para que a cidade fosse um pouco mais estruturada. “Cada um faz um pouco, mas me apavorei ao saber que o sistema ainda é precário na cidade, com sistema frágil, sem detecção de vazamentos.” – encerrou a Vereadora Professora Maria Helena Scudeler de Barros. Em seguida, discursou o Vereador Waldemar Marcurio Filho, que explanou sobre a denúncia que fizeram e que se sentia perseguido dentro do PT, pois perderam nomes de respeito, que migraram para outros partidos, porque o ex-Presidente Ernani Gragnanello havia desfilado grandes nomes do PT, porque ele pensava que o partido lhe pertencia, o que não era verdade. Em relação ao pedido de suspensão, mencionou que encaminhou ao Diretório Estadual do Partido uma representação e iria aguardar a manifestação daquele órgão. Em seguida, disse que o Cartório Eleitoral e a Câmara haviam recebido a representação, onde acusava o recebimento de ‘mensalinho’ pelo Vereador Waldemar Marcurio Filho e sua assessora Edna Pinto da Silva. Quanto a isso, ambos lavraram Boletim de Ocorrência, porque era uma calúnia e o autor da denúncia teria que provar o que alegou. Ele, Vereador Waldemar Marcurio Filho disse que se sentia vitorioso em manter-se na cadeira de Vereador, mesmo com tantas tentativas para retirá-lo do cargo, para que assumisse a esposa de Ernani Gragnanello, a suplente Rosana Caveanha. Prosseguindo, disse que também seria vitorioso nas próximas atitudes, já que nada devia e o Sr. Ernani Gragnanello teria que provar tudo o que estava alegando, denegrindo o seu nome na imprensa e para a população. Mas seus eleitores sabiam que sua luta e seu trabalho estava sempre voltado para encaminhar as reivindicações da população e trabalhar em prol desta. O Vereador João Antônio Pires Gonçalves comentou que os trabalhos no Legislativo eram reconhecidos pela população, através dos três jornais, da TV O Impacto, dos internautas e todos estavam bem informados, mas desejava que os munícipes viessem à Casa



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

para apurar que muitos adultos agiam como crianças no Legislativo. Em seguida, a Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira disse ter trabalhado muito tempo na Saúde e batalhou pelo SUS e, antes dele, muitos não tinham direito à assistência médica. Para ela, que lutava pela qualidade, insistiu em médicos de carreira, concursados, e encontrava as exigências na lei. Por outro lado, quando se trabalha a importância da medicina preventiva, saberia que o acompanhamento consecutivo na zona rural ou urbana, traria condições melhores à população. Disse ela que apresentou trabalhos na área da Saúde e seria ótimo se houvesse mais estímulos para os profissionais daquela área. Lembrou-se que, no passado, ninguém denunciou nada, mas na Educação, a Juíza determinou a exoneração de 8 diretores, porque houve promoção sem concurso, como foi o caso da ex-Vereadora Professora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti. Assim, defendeu que se fizessem concursos públicos para a área da Saúde. Prosseguindo, disse ter pedido reparos na calçada, defronte o Centro Cultural, com tocos de árvores e pedras faltando, causando acidentes. No tocante à denúncia ao vereador referente à aposentadoria, disse ser aposentada também e lembrou-se que o ex-Vereador Antônio Carlos Guarnieri foi advertido a não assumir o cargo na vereança, conforme fosse o tipo de sua aposentadoria. Por fim, disse não conhecer a carta de aposentadoria onde constasse o tipo de aposentadoria, e, se o documento fosse apresentado, não se criaria mais expectativas ou críticas. Cumprindo o dispositivo do art. 37 da LOM, combinado com o art. 226 da Resolução nº 276, de 9.11.10, o Senhor Presidente deu ciência aos Senhores Vereadores que havia uma inscrição para uso da “**TRIBUNA LIVRE**” nesta noite, com a participação da Senhora Benedita Maria Noronha, que tratou de assuntos relativos ao Parque das Laranjeiras, cujo discurso foi gravado em fita própria. Como não houvesse mais oradores inscritos para falar em “Explicação Pessoal” e nada mais havendo a ser tratado, o Senhor Presidente, Vereador Benedito José do Couto, agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, encerrou os trabalhos da presente Sessão às 21h15 do que, para constar, determinou a lavratura da presente Ata, a qual, depois de



**CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**  
Estado de São Paulo

achada conforme, discutida e aprovada vai, a seguir, devidamente assinada.

RJMB de A